

**AS CONSEQUÊNCIAS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO QUE
TANGE A FORMAÇÃO ESSENCIALMENTE HUMANA COM BASE NO
PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT**

Mylena Collins Urbano ¹

Álvaro Emannoel de Oliveira Costa e Freire ²

Igor Kauan Dias Pires ³

Pedro Miguel de Oliveira Brandão ⁴

Judite Eugênia Barbosa Costa ⁵

RESUMO

O presente artigo visa relacionar conceitos presentes no texto sobre a crise na educação, inserido na coletânea *Entre o passado e o futuro* de Hannah Arendt (1906 – 1975), com a atual conjuntura da crise da educação no Brasil - tendo como base as reflexões e apontamentos elucidados pela filósofa durante a crise educacional norte-americana da década de 1950. Nesse sentido, é sustentada a afirmativa referente à formação técnica e científica da atual educação, a qual não garante a integração do jovem ao mundo como um todo, mas sim em um segmento limitado: entende-se que a formação técnica profissional pouco tem a ver com a educação propriamente dita, que é fundamental para a construção da autonomia e da emancipação humana, em especial no campo da política.

Palavras-chave: Educação, política, Ciências Humanas, autoridade.

ABSTRACT

This article aims to relate concepts present in the text about the crisis in education, included in the collection *Between the Past and the Future* by Hannah Arendt (1906 – 1975), with the current situation of the education crisis in Brazil. Based on the reflections and notes elucidated by the philosopher during the North American educational crisis of the 1950s. In this sense, an affirmative is supported regarding the technical and scientific training of current education, which does not guarantee the integration of young people into the world like everything else, but rather in a limited reach: we understand that professional technical training has little to do with education itself, which is fundamental for the construction of autonomy and human emancipation, especially in the field of politics.

Keywords: Education, politics, Human Sciences, authority

¹Graduando do Curso de filosofia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, mylena.colins@discente.ufma.br;

²Graduado pelo Curso de filosofia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, alvaro.emannoel@discente.ufma.br;

³Graduando do Curso de filosofia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, pires.igor@discente.ufma.br;

⁴Graduando do Curso de filosofia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, brandao.pedro@discente.ufma.br;

⁵ Doutor pelo Curso de filosofia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, judite.eugenia@ufma.br.

INTRODUÇÃO

A prática referente à construção de saberes dos mais novos e concomitantemente a educação dos jovens, a saber, a prática educativa, desde o início de seu processo, visa preparar o indivíduo para o convívio social e habilitá-lo às normas e regras da coletividade. Essa preparação se caracteriza pela formação e desenvolvimento da autonomia, liberdade e capacidade de pensar por si mesmo. Em decorrência da tradição – que intitula a geração mais velha como responsável pelo ensino dos mais novos – diria Hannah Arendt que, a educação é apenas possível de ser realizada se o educador for hierarquicamente a autoridade que está no processo para instruir o mais jovem a coabitar no mundo concebido pelos homens. Este fato é encarado e desenvolvido por Arendt, na tentativa de desvelar o fundamento do conceito de autoridade e estabelecer a relação de responsabilidade que o educador tem com o mundo e com as novas gerações.

Segundo a filósofa, o momento da inserção de crianças e jovens no espaço escolar, é o momento da singularidade em contraposição à pluralidade dos homens. Essa concepção tem fundamento na natalidade, onde ela admite que cada novo nascimento corresponde a um novo universo, que calmamente será introduzido num mundo preexistente a ele. Assim sendo, o papel da educação não é lidar com os plurais, mas com a educação da singularidade.

A relação da escola com o mundo se dá no momento da passagem do jovem para a vida adulta, ou seja, o momento da singularidade é, sobretudo, a preparação para a cidadania. Segundo a autora: “em relação à criança, a escola representa em certo sentido o mundo, embora não seja ainda o mundo de fato” (ARENDR, 2022, p.238). A escola seria, nesse sentido, local quase que exclusivo de transição entre o ambiente familiar e o mundo de fato dos adultos. Partindo desse ponto de vista, ela explica a educação a partir da autoridade das pessoas mais velhas em relação às crianças, a qual se baseia no domínio dos recursos próprios para educar e na responsabilidade com o mundo. Assim, ela explica que a relação entre a criança e o adulto se dá no momento em que o adulto inclui a criança no processo de aprendizado, compreendendo que a criança é um ser humano em desenvolvimento.

Hannah Arendt aborda em sua temática sobre educação, o processo de precarização da prática educativa em relação a formação do professor e a forma de ensino aplicada em sala de aula. Ela critica a substituição do aprender pelo fazer, assim como a atitude de substituir o ensino do conhecimento pela prática de habilidades. Desse modo, é possível fazer uma comparação com a educação contemporânea brasileira, pela forma que estão sendo

implementadas as novas diretrizes curriculares do novo modelo de aprendizagem. Este modelo visa a formação pouco reflexiva-histórica, focando no desenvolvimento de competências e habilidades dos jovens e estabelecendo a formação técnica e profissional como prioridade. Dito de outra forma, no cenário político atual é impulsionado um olhar tecnicista que desfavorece o ensino de humanidades, fundamentando um projeto educacional focado exclusivamente no preparo para o mercado de trabalho.

Diante do exposto, este trabalho é desenvolvido consoante a teoria de Hannah Arendt sobre a crítica do “aprender pelo fazer” fomentando o seguinte questionamento: “a função atual da educação ainda consiste na formação do conhecimento do estudante ou apenas em mantê-lo apto para o mercado de trabalho?” A investigação, portanto, tem o objetivo de: explicitar o papel do professor como autoridade por assumir a responsabilidade de educar para o mundo; esclarecer se a configuração atual da educação decorre da própria educação formativa dos jovens ou do advento de uma crise política, e identificar por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) se a efetivação do Novo Ensino Médio trouxe benefícios ou desvantagens para a atual educação brasileira.

A abordagem metodológica desta pesquisa envolve uma investigação contextual juntamente à análise histórica, baseada na interpretação conjunta e na reflexão dos pesquisadores. O estudo transcorreu simultaneamente à análise da crise norte-americana dos anos 1950, à luz de Hannah Arendt, e à crise contemporânea no ensino médio brasileiro, destacando aspectos espaço-contextuais. As atividades e experiências do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), realizadas em uma escola pública de São Luís-MA, proporcionaram o envolvimento e o exame do cotidiano escolar. Essas abordagens se ancoraram no arcabouço teórico já definido, contribuindo para a organização da pesquisa e a definição de seus resultados.

A pesquisa de enfoque histórico-bibliográfico é construída a partir da obra *Entre o Passado e o Futuro* de Hannah Arendt, focalizando a crise da educação como ponto de partida. A análise se estende para abranger a reforma do ensino médio no Brasil, utilizando a temática da autoridade para embasar a pesquisa relacionada à atividade política. A *Avaliação e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio* é referência fundamental para alicerçar as críticas e propostas reflexivas, direcionadas à superação dos desafios impostos pelo Novo Ensino Médio no desenvolvimento formativo do estudante. Essas obras em conjunto visam esclarecer o propósito da educação e as estruturas aplicadas na prática educativa.

Por este meio, a pesquisa visa desvelar os métodos do ensino pragmático, considerando que o estudante tem direito de adentrar esclarecido no mundo sociopolítico. Além disso, há o

intuito de evidenciar dois problemas centrais: primeiramente, a falta de espaço para a área de humanas na estrutura educacional e, consoante a isso, a diminuição da possibilidade de ascensão social dos estudantes mediante o ingresso no Ensino Superior. A argumentação aqui estabelecida só será profícua se levada adiante por profissionais da área da educação, logo, este trabalho visa, enquanto principal resultado, fomentar reflexões frutíferas sobre as medidas que devem ser tomadas para a reformulação do ensino médio, com a esperança de enriquecer o debate acerca dessa temática imprescindível para a educação emancipatória da juventude brasileira.

METODOLOGIA

Esta é, em suma, uma pesquisa bibliográfica e documental, do tipo qualitativo, baseada, primordialmente, pela análise crítica e hermenêutica de um texto central do livro *Entre o Passado e o Futuro*, de Hannah Arendt, haja vista a célebre importância desta filósofa no debate político contemporâneo, e sua grandiosa colaboração para com o debate político no âmbito educacional. Além desse texto, utilizamos também o documento publicado no site da Presidência da República sobre a *Avaliação e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio e A crise no ensino médio no Brasil a partir de Hannah Arendt* (publicado no Dossiê, *A crise da educação*⁶) a fim de adquirir embasamento quanto à situação política/educacional no Brasil.

Tratar-se-á da questão educacional, situando brevemente o contexto político da reforma do ensino médio, com base em uma investigação das atitudes governamentais do ano de 2016. Destacaremos a problemática da supervalorização do cientificismo e do tecnicismo em sala de aula e, por fim, relataremos o que de fato foi executado no ensino formativo (principalmente na escola pública) após a reforma, a partir do contato direto com a realidade escolar.

O objetivo, enquanto resultado fulcral, é colaborar com o debate tão importante estabelecido em torno da Reforma no Ensino Médio, que é, sem dúvidas, imprescindível para todos os professores, estudantes de licenciatura e pesquisadores da área que visem à emancipação da educação brasileira.

⁶ Briskievicz, D. A. (2023). A CRISE DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL A PARTIR DE HANNAH ARENDT. *Cadernos Arendt*, 4(7), 52-71. <https://doi.org/10.26694/ca.v4i7.4347>

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A reforma estrutural do ensino médio no Brasil tornou-se uma pauta importante para ser debatida mediante a dificuldade de aplicação do NEM nas redes de ensino público. Este fato evidenciou os diversos questionamentos referentes ao modo que este novo projeto vigorou, implicando em pesquisas que procuram responder a seguinte questão: “por que o ensino médio da rede pública foi alvo de resolução do sistema a partir do golpe de 2016?”. Este golpe, do dia 17 de abril de 2016 - cometido contra a então presidente Dilma Rousseff - conhecido como Dia da Infâmia⁷, representou para a contemporaneidade brasileira a falha da “Democracia Liberal representativa”⁸, a qual estabelece que uma minoria (parlamentares) represente oficialmente o povo, desfavorecendo a opinião pública e limitando-os de conhecer os fatos que implicam nas decisões políticas.

Posterior à decisão do impeachment de Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer atribui à educação a responsabilidade perante a crise econômica e política do país, implementando o que estava em discussão antes do golpe de 2016 – A Reforma do “Novo Ensino Médio”. A decisão tomada se reforça na argumentação de que as competências exigidas no antigo modelo educacional não estavam sendo favoráveis para as novas demandas e tendências da atualidade. Diante disso, a reforma visa preparar o estudante para enfrentar as exigências técnicas do mercado de trabalho e incentivar o “empreendedorismo”, o qual, promete um futuro promissor. Conforme o documento publicado pelo Ministério da Educação⁹, “o caminho escolhido para encerrar o debate sobre a reestruturação do ensino médio produziu fragilidades em sua legitimidade social, uma vez que parte importante dos sujeitos individuais e coletivos que participavam da agenda política do ensino médio foram silenciados.” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2023).

Logo, as preocupações legítimas sobre a implementação do “Novo Ensino Médio”, apontam para questões como a falta de diálogo com diversos setores da sociedade, a modificação na carga horária de disciplinas essenciais e a não efetivação dos Itinerários Formativos. A ênfase na ausência de debate com a sociedade civil e na percepção do

⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES, Golpe: há sete anos, Câmara abria processo de impeachment de Dilma. Disponível em: <https://pt.org.br/golpe-ha-sete-anos-camara-abria-processo-de-impeachment-de-dilma/amp/> (último acesso em 04/09/2023)

⁸ HENRIQUE, Régis, 2019

⁹ PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, Avaliação e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/reestruturacao-da-politica-nacional-de-ensino-medio> (último acesso em 04/09/2023).

autoritarismo destaca a importância de envolver ativamente estudantes, professores e especialistas na construção e execução de reformas educacionais.

Historicamente o ensino médio no Brasil passa por reformas a cada nova crise que ocorre na política. Isso propõe a reflexão sobre a resposta que o Brasil deu à supracitada crise econômica e política que se agravou no ano de 2016. Para isso, concebe-se o diálogo com Hannah Arendt, a qual interage com a crise norte-americana de 1950, posicionando-se contra a estruturação da educação: “Uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguça a crise como nos priva da experiência da realidade [...]”. (ARENDR, 2022, p. 259)

Pensar em uma reforma como solução para a crise não é novidade. Essa atitude corresponde a “velhas práticas disfarçadas de novos conceitos”¹⁰. Destarte, o incentivo à educação tecnológica e científica, limitado à supervalorização da razão¹¹ perante as questões da subjetividade, desqualifica o exercício consciente da reflexão e o conhecimento histórico-social, posto isto, o “Projeto de vida” e “Itinerários formativos”, que são impulsionados pela visão mercadológica, e estão vigentes no último ano do ensino médio, não incluem no currículo o ensino de humanidades, disciplinas essas que, segundo a autora, são responsáveis pelo desenvolvimento da condição mais natural do homem, ou seja, a ação. É através dela que Arendt denomina o *bios*, o qual é constituído pelo *labor*, que corresponde ao desenvolvimento biológico, pelo trabalho, correspondente a produção do mundo artificial e a pela própria ação, que corresponde à condição humana da pluralidade, esta indica a relação mais próxima do homem com os assuntos da vida pública. Porém, de acordo com a autora “nem o labor, nem o trabalho eram tidos como suficientemente dignos para constituir um *bios*, um modo de vida autônomo e autenticamente humano”¹². A ação é definida pelo discurso e pelo ato, pois é somente a partir deles que o homem é capaz de produzir e mudar o percurso natural do mundo. Nesse sentido, a ação é condição humana de pluralidade que caracteriza o ser político.

A esse respeito, a responsabilidade pela formação da capacidade da ação no mundo, é desempenhada pela escola, mediante a condição humana da pluralidade. Entretanto, pensar o homem como ser plural contradiz a alteridade que ele possui com os outros seres que existem, interpondo sob a condição da pluralidade a característica de distinção correspondente à

¹⁰ HORN, Geraldo Balduino. Ensinar Filosofia: pressupostos teóricos e metodológicos, 2017.

¹¹ ROURE, Susie Amañcio, Educação e crise da autoridade na perspectiva de Hannah Arendt, 2007.

¹² ARENDT. *A Condição Humana*, p. 21.

singularidade do homem¹³. É essa característica, portanto, a mais crucial para a educação do jovem que ainda não está inserido em uma realidade política de fato.

Considerando que na escola o jovem ainda não tem mentalidade para assumir a responsabilidade pelo mundo, Hannah Arendt persiste em esclarecer que “a educação não pode desempenhar papel nenhum na política”(ARENDT, 2022, p.261). Ela sustenta essa argumentação estabelecendo que a atividade política é exercida pelos adultos já instruídos e, por esse motivo, a educação deve focar em preparar o mais novo e qualificá-lo ao exercício do julgamento e da capacidade de construir algo novo.

Contudo, é inviável esperar que as metodologias ativas que visam o protagonismo do estudante em face a uma crise, os tornem aptos a resolverem conflitos cuja responsabilidade é inteiramente dos adultos. Esta discussão é desenvolvida pela filósofa alemã, com base na análise da negação da autoridade já enraizada na atitude política, que consiste em tentar mitigar as diferenças e responsabilidades de adultos e crianças¹⁴, e, no âmbito educacional, entre alunos e professores.

Além disso, a banalização da formação docente e a possibilidade de profissionais sem formação específica atuarem nos mais diversos itinerários formativos levantam preocupações sérias sobre a qualidade do ensino. Hannah Arendt, destaca a importância da autoridade do professor na formação dos jovens. A preocupação com a banalização dessa autoridade ressoa com a ideia de que a educação não deve ser apenas um serviço transacional, mas sim um processo enriquecedor que transcende a mera transmissão de conhecimento. Porém,

Politicamente, a autoridade só pode adquirir caráter educacional caso se admita, como os romanos, que sob todas as circunstâncias os antepassados representam o exemplo de grandeza para cada geração subsequente, que eles são os maiores, por definição. Sempre que o modelo de educação através da autoridade, sem essa convicção fundamental, foi sobreposto ao reino da política [...], serviu basicamente para obscurecer pretensões reais ou ambicionadas ao poder, e fingiu querer educar quando na realidade tinha em mente dominar (ARENDT, 2022, p.192)

Portanto, na realidade educacional contemporânea, conforme habilmente exposto por Arendt, percebe-se que o seu propósito vai além da mera formação dos alunos; pelo contrário, há uma tentativa por parte do governo de dissimular, através de um ensino fantasiado de educação, a sutil dominação das massas. Isso se traduz na desestabilização do ambiente educacional, onde práticas performáticas obscurecem a verdadeira essência da educação, prejudicando a garantia do esclarecimento necessário para questionar as dinâmicas políticas

¹³ Ibidem, p. 189

¹⁴ A crise da educação p.265

vigentes. Para isso, a mercantilização neoliberal da educação juvenil é promovida, inviabilizando o almejado avanço para o nível superior, pois o ensino médio tornou-se palco de capacitação e instrumentalização de técnicas, dado que o estudante não é instruído nas áreas dos conhecimentos pelo modo pragmático do *aprender fazendo*.

Incentivados pelo Programa Institucional de Bolsos de Iniciação à Docência (PIBID), os graduandos de licenciatura são favorecidos com a oportunidade de ter o contato direto com a realidade escolar, algo de extrema importância para os discentes que pretendem exercer o ofício de professor. Quando a pauta é a implementação do Novo Ensino Médio, de imediato percebe-se o cenário caótico que se instaurou no ambiente acadêmico em torno do tema. Com base nas investigações realizadas numa escola pública de São Luís, pôde-se observar desde o início das atividades uma perene insatisfação dos educadores e demais funcionários públicos da educação para com a reforma.

Como licenciandos de Filosofia, a preocupação com o estado atual do ensino é latente, dado a escassez de aprofundamento e discussões que tangem assuntos relacionados intimamente com o ensino de humanidades, especialmente no último ano letivo do ensino médio. O contato com o docente (Formado em filosofia e designado pela escola para trabalhar com os Itinerários Formativos de Ciências Humanas e Sociais Sociais aplicadas) resultou em discussões sobre a implementação do "Novo Ensino Médio", visto as implicações que esse processo de transição do modelo de ensino suscita e o seu caráter interdisciplinar.

Entre as queixas recorrentes, está a diminuição da presença do bloco de humanas nos Itinerários Formativos, que acompanhado de seu caráter eletivo é isento da obrigatoriedade em relação as humanidades. O principal motivo para tal preocupação reside no processo seletivo que ocorrerá no último trimestre de 2023, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que ainda não tem uma mudança adequada para a avaliação desses discentes que já vivem a sua vida escolar aos moldes de um novo modelo de ensino que não se reflete na maneira que serão avaliados, e por consequência, enfrentarão dificuldades para o ingresso no ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação à abordagem extremamente tecnicista do Novo Ensino Médio, anteriormente citado, Arendt, apesar do contexto norte-americano de meados do século XX, já faz importantes observações a respeito deste assunto tão atual no cenário educacional brasileiro; destacando a diferença entre educação e aprendizagem:

(...) pois o treinamento profissional nas universidades ou cursos técnicos, embora sempre tenha algo a ver com a educação, é, não obstante, em si mesmo uma espécie de especialização. Ela não visa mais introduzir o jovem no mundo como um todo, mas sim em um segmento limitado e particular dele.” (ARENDDT, 2022, p.284)

A questão centrada na relação entre ensino/educação está ligada aos conceitos de "treinar", no sentido de repassar um conhecimento de utilidade prática e mecânica, que, apesar de útil para o desenvolvimento de uma atividade ou outra, pouco corrobora com as necessidades das relações essencialmente humanas; e o segundo conceito próprio do "educar", que, por sua vez, está intrinsecamente ligada à ideia de preparar o jovem para o mundo, para as relações humanas e para o bem viver em sociedade.

Fica claro, portanto, a partir deste segundo conceito, que no tocante aos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio, a "educação" brasileira afasta-se cada vez mais do que lhe é próprio: preparar os alunos para o mundo. Mundo este, "construído pelos vivos e pelos mortos"(ARENDDT, 2022, p.275).

Ora, no tocante ao currículo escolar, quais Itinerários Formativos estão mais ligados a este objetivo da "educação", senão o campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (sendo Filosofia, Sociologia, História e Geografia)? Entende-se que, ao priorizar, no ensino médio, outras disciplinas que não sejam estas, negligencia-se aos alunos um direito tão fundamental de adentrar esclarecido no mundo sócio-político.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2022.

ARENDDT, H.p A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001

BRISKIEVICZ, D. A. A crise do ensino médio no Brasil a partir de Hannah Arendt. Universidade Federal do Piauí (UFPI): Cadernos Arendt, 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 7.219, 24 jun. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm. Acesso em: 18 julho. 2023

HORN, G. B. Ensinar Filosofia: pressupostos teóricos e metodológicos. Curitiba: CRV, 2017.

PARTIDO DOS TRABALHADORES, Golpe: há sete anos, Câmara abria processo de impeachment de Dilma. Disponível em: <https://pt.org.br/golpe-ha-sete-anos-camara-abria-processo-de-impeachment-de-dilma/amp/> (último acesso em 04/09/2023)

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, Avaliação e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/reestruturacao-da-politica-nacional-de-ensino-medio> (último acesso em 04/09/2023).

ROURE, S. A. G. Educação e crise da autoridade na perspectiva de Hannah Arendt. Goiânia: Educativa 2007

SILVA, R.H. R. Golpe de 2016 e a educação no Brasil: implicações nas políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. São Paulo: Revista Histedbr On-line, 2019.